

Chaves, R. (2012). Pensamento doutrinário moderno na contabilidade e a proposta de um neopragmatismo. *Contaduría Universidad de Antioquia*, 60, 239-268.

Pensamento doutrinário moderno na contabilidade e a proposta de um neopragmatismo

Rodrigo Antonio Chaves da Silva

Professor de teoria da contabilidade e técnica comercial da FIC (Faculdades Integradas de Caratinga), membro da escola do neopatrimonialismo, membro do clube de Balanced Scorecard da Argentina, ganhador do prêmio internacional de história da contabilidade Prof. Martim Noel Monteiro (2007/2008).
rachavesilva@yahoo.com.br

Pensamentodoutrinário moderno nacontabilidade e a proposta de umneopragmatismo

Resumo: Na história da ciência contábil, um dos problemas sempre tratado, fora o de conceituar, e raciocinar sobre a finalidade, objeto, e prática tecnológica, formando diversos modos de entendimento e teorias. Durante séculos, diversos doutrinadores e autores proclamavam conteúdos e ilações teóricas de que o conteúdo contábil estaria na finalidade informacional como ponto sublime da contabilidade, de forma natural e por vários ângulos, de acordo com as perspectivas dos tempos, esta definição tem sido exposta necessitando experimentação. Com base nos principais autores do conhecimento clássico, e doutrinário de nossa disciplina, a se citar, Besta, Masi, Sá, e nos autores da filosofia, tais como, Kant, Poincaré, entre outros, testamos os fundamentos do pragmatismo e propomos novas ilações para a sua concepção, denominando-o de neopragmatismo, devido a esta outra vertente por nós verificada. O objetivo então, deste artigo é discutir a idéia pragmática, procurando uma nova ótica doutrinária. A metodologia foi o método histórico, a maieutica, e lógica filosófica dos argumentos das principais correntes. Devido ao problema tradicional informacional da contabilidade, trazido há séculos, se mantém justa a elaboração de tal artigo, e também por motivos de pouca instrução e intervenções na estrutura básica da ciência contábil no ponto de visão teórico, e filosófico, denotando ser relevante nossa proposta, e apresentando possibilidades para novas pesquisas e uma nova concepção doutrinária a ser melhorada e ampliada pela plêiade de estudiosos.

Palavras Chave: *Doutrinas contábeis, pragmatismo, testes filosóficos, neopragmatismo.*

Pensamiento doctrinario moderno en la contabilidad y la propuesta de un neopragmatismo

Resumen: *En la historia de la ciencia contable, uno de los problemas que siempre se ha tratado es sobre conceptualizar y razonar sobre la finalidad, objeto y práctica tecnológica, formando diversas concepciones y teorías. Durante siglos, diversos académicos y autores proclamaban contenidos y conclusiones teóricas de que el contenido contable estaría en la finalidad de la información como punto sublime de la contabilidad; de forma natural y por diferentes ángulos, de acuerdo con las perspectivas de los tiempos, esta definición ha sido expuesta y necesita experimentación. Con base en los principales autores del conocimiento clásico y doctrinario de nuestra disciplina, por citar a Besta, Masi, Sá y los autores de la filosofía tales como Kant, Poincaré, entre otros, probamos los fundamentos del pragmatismo y proponemos nuevas conclusiones para su concepción, denominándolo neopragmatismo, debido a esta otra vertiente comprobada por nosotros. El objetivo entonces de este artículo, es discutir la noción pragmática, buscando una nueva óptica doctrinaria. La metodología utilizada fue el método histórico, la maieutica, y la lógica filosófica de los argumentos de las principales corrientes. Debido al problema informativo de la contabilidad tradicional, que proviene de siglos atrás, y también por motivos de poca instrucción e intervenciones en la estructura básica de la ciencia contable en el punto de vista teórico y filosófico, se hace relevante nuestra propuesta, y se generan posibilidades para nuevas investigaciones y una nueva concepción doctrinaria a ser mejorada y ampliada por el universo de académicos.*

Palabras Clave: *Doctrinas contables, pragmatismo, pruebas filosóficas, neopragmatismo.*

Modern Doctrinaire Thinking on Accounting and a Neopragmatic Proposal

Abstract: *In the History of Accounting, one of the problems that has always been tackled is the conceptualization of the purpose, the scope, and the technological practice, forming various concepts and theories. For centuries, scholars and authors have claimed theoretical contents and conclusions, arguing that information would be the highest point in accounting. This definition has been expounded from different angles, according to the points of views of ages, and it requires experimentation. Based on the principal authors of classical and doctrinaire knowledge of our discipline --Besta, Masi, Sá, to mention some names--, and on philosophers such as Kant, Poincaré, among others, we tested the foundations of pragmatism and we propose new conclusions for its conception, calling it neopragmatism, due to this other aspect that we verified. The purpose of this article is then to discuss about the pragmatic notion, looking for a new doctrinaire approach. The methodology used was the historical method, maieutics, and philosophical logic of the arguments of the most important trends. This proposal becomes relevant because of the informative problem of traditional accounting, which comes from centuries ago, and also of the slight education and interventions on the basic structure of accounting science in the theoretical and philosophical point of view, generating possibilities for a new research and a new doctrinaire conception that has to be improved and expanded by the academic world.*

Keywords: *Accounting doctrines, pragmatism, philosophical proofs, neopragmatism.*

Pensée moderne doctrinaire dans la comptabilité et proposition d'un néo-pragmatisme

Résumé: *Dans l'histoire de la science comptable, l'une des préoccupations majeures a toujours été la réflexion et la conceptualisation de la finalité, l'objet et la pratique technologique, formant ainsi différents concepts et théories. Pendant des siècles divers spécialistes et auteurs ont revendiqué des conclusions et des contenus théoriques qui signalaient que le contenu comptable résidait dans la finalité de l'information, en tant que point culminant de la comptabilité. Cette définition qui a été évidemment exposée à partir de différents approches, en fonction des perspectives de l'époque, exige de l'expérimentation. Sur la base des principaux auteurs de la connaissance classique et doctrinaire de notre discipline, Besta, Masi, Sá, pour ne citer qu'eux, et les auteurs de la philosophie tels que Kant, Poincaré, entre autres, l'on teste les fondements du pragmatisme et l'on propose de nouvelles conclusions pour leur conception, en l'appelant néo-pragmatisme en raison de cet autre aspect que l'on a vérifié. Le but de cet article est donc de discuter à propos de la notion pragmatique, en cherchant une nouvelle optique doctrinaire. La méthodologie utilisée a été la méthode historique, la maieutique, et la logique philosophique des arguments des principaux courants. Cette proposition devient pertinente étant donné le problème informatif de la comptabilité traditionnelle, depuis des siècles, et également pour le peu d'instruction et d'intervention sur la structure de base de la science comptable du point de vue théorique et philosophique, en générant ainsi des possibilités pour de nouvelles recherches et pour une nouvelle conception doctrinale qui doit être améliorée et élargie par le monde universitaire.*

Mots-clés: *Doctrines comptables, pragmatisme, preuves philosophiques, néo-pragmatisme.*

Pensamento doutrinário moderno na contabilidade e a proposta de um neopragmatismo

Rodrigo Antonio Chaves da Silva

Primera versión recibida junho de 201X – Versión final aceptada junho de 201X

“Muitíssimos restringem o seu objeto ao estudo dos métodos de registro, isto é dizer sobre métodos e registros na compilação da escrituração dos fatos da gestão [...]. Tanto que não se quer dar à nossa matéria confins senão muito vagos” (Besta, 1922, pp. 37-41).

“Bastava refletir o que é a contabilidade, na sua especialidade instrumental, isto é como relevações dos fatos patrimoniais [...] nunca foi somente contas... Mas o erro fundamental dos “relevacionistas” foi de manter o ponto de que a relevação coincidissem com a contabilidade e não mais que esta fosse instrumento daquela indagação reconhecida nos “fatos de levantamento” que eram e são fatos patrimoniais” (Masi, 1971, pp. 130-135).

“O registro, o informe, contabilmente, é apenas um veículo, um instrumento para que se conheça o que ocorre [...] dizer que a Contabilidade é uma ciência da informação é estar muito pouco informado sobre a Contabilidade.” (Sá, 1994 p. 30).

I. Introdução

O problema entre as ciências sem dúvida sempre foi o de definir o seu campo de aplicação de maneira doutrinária, para assim firmar os estudos, sobre as suas funções, características, objeto, e finalidade precíua; e como tal questionamento não foge das ciências, e nesta incluímos a contabilidade, a situação se evidencia como sujeita a observações e elucubrações diversas.

Mantém-se na tradição por mais de 80 anos, uma visão chamada pragmática, desenvolvida muito nos países anglo-saxônicos, de que a finalidade da contabilidade é informar (Lopes, 2004, 2002; Ludícibus, 2000; Hendriksen e Breda, 1999; Sloan, 1996; Cheng, et al, 1996; Melis, 2007), portanto, colocando todo o seu processo gnosiológico nas fases de processo informativo, e conseqüentemente colocando o lado utilitarista como fundamental, todavia, a nosso ver preterindo entendimentos razoáveis de ciência em favor da sua

capacidade explicativa, coisa necessária aos mercados, e às sociedades, elemento que não fora tratado.

Em verdade tal concepção pragmática produziu problemas inumeráveis não só de pensamento, mas, de prática, obviamente, a forma de pensar modifica a forma de agir, e instantaneamente vemos mazelas na estrutura gnosiológica da contabilidade, quando pensamos nesta ótica de processo informacional de modo exagerado.

O movimento doutrinário no estrangeiro principalmente na França, Itália, produziu inúmeras doutrinas e correntes de pensamento, que discursava a contabilidade nos seus diversos ângulos, ora como arte, ora como ciência, todavia, como conceituação científica em teorias especiais; os efeitos desta tendência passaram a se ostentar a partir do século XIX com a tese material de Villa, e tese da cientificidade de Costay e Coffy (D´auria, 1956; Pfaltzgraff, 1956, Sá, 1997; Carqueja, 2003; Silva, 2008, 2008a).

Assim firmara as primeiras bases de uma ciência contábil, não somente que informa, mas, que procurar deduzir significados, e interpretações do que significa a informação.

Estas primeiras bases se mantiveram indelévels entre os primeiros intelectuais, na fase científica, na procura de indagações para a nossa disciplina, embora fossem de certa maneira adversas algumas posições em relação ao objeto fenomenológico, com fatos historicamente demonstrados (Sá, 1961,1997; Silva, 2009a).

A estrutura conceitual da contabilidade que se formou em cada país, e no mundo, teve uma intervenção americana, devido aos grupos normativos serem em sua maior parte, derivados do mesmo país (tal como o movimento normativo que deixa de ser político-profissional), em especial as definições do IASB (*International Accounting Standard Board* – Grupo internacional de normas contábeis), AICPA (*American Institute of Certified Public Accountants* – Instituto americano de contadores públicos certificados), entre outras instituições fizeram definição fundamental que permanece em 80 de que o objetivo da contabilidade é prover aos usuários um rol de informações e depois que esta seria usada para tomar decisões.

Tal movimento chamou-se pragmatismo, e tem como finalidade formar uma mentalidade utilitária aos usuários, na transmissão de um cadastro informativo sobre o que transparece no patrimônio.

Devido ao vocábulo que definia a finalidade da contabilidade seria “informar” e auxiliar na “tomada de decisão” uma dicotomia já fora encontrada denotando uma contradição, se a contabilidade informa somente, como pode auxiliar na tomada de decisão? Alias a contabilidade informar, ou auxilia a gestão?

Tal definição era por si mesmo antagônica nos pontos de visão que queria defender, embora os estudiosos diversos passavam a estudar em abundância os problemas de mensuração, usando nossa disciplina no campo informacional, isto é, verificando se ela tinha ou não capacidade de informar este ou aquele evento empresarial.

Em resumo ou uma seria instrumento, ou uma seria a finalidade exclusiva. Todavia, definida de outra forma. Ou a informação seria finalidade ou meio. Ou a tomada de decisão seria o fim colocando aquela para seu uso, visto que a definição foi a de transmitir informes para a tomada de decisão.

Ou seja, a tomada de decisão não é fim? A informação não é o meio? Ou a informação é o fim da contabilidade? Parece que não, mas, esta corruptela de entendimento transmitiu defeito na estrutura gnosiológica de entendimento de nossa disciplina fazendo de alguma maneira estagnar algumas pesquisas capitais que seriam hoje de grande proveito para os profissionais (como a filosofia da contabilidade, o estudo focado dos modelos de comportamento, nas leis dos fenômenos patrimoniais, e novas metodologias de análise de balanços, e observação extrapatrimonial, junto com as condições mercadológicas).

Logicamente, tal definição nunca foi testada e verificada, filosoficamente, mas ora ostentada, ora refutada, e mais fora acolhida como autêntica em todos os seus aspectos o que nos levou aos problemas que se caracterizam desta forma: a contabilidade tem como finalidade a informação? E com esta questão inúmeras outras: a informação e finalidade exclusiva da contabilidade? É suficiente esta conceituação?

E hipotetizamos desde já que esta definição é insuficiente por todos os meios e todos os ângulos para a ciência da contabilidade, pois, seu objetivo seria maior e não se restringe neste apenas.

Então, considerando as posições doutrinárias do século XX, a lógica científica embasada nos autores da filosofia, pode-se testar tal ilação, e verificar a sua fantasia, ou inocuidade, portanto, se o “pragmatismo” fora comprovado insuficiente, como em nossas hipóteses, e nos meios que iremos verificar, pode-se fazer surgir uma nova vertente melhorada condizente com a linha patrimonial e neopatrimonial, chamada de “neopragmatismo”.

A metodologia utilizada será a maiêutica, lógica, e referencial histórico e doutrinal, para atestarmos os conteúdos dos discursos, a fim de verificar se realmente a contabilidade é uma ciência da informação ou não.

Justo e relevante é tal abordagem porque comprovando a hipótese, surge a oportunidade de uma nova doutrina que apresentaremos nesta discussão como um embrião assim favorecendo a oportunidade de novas pesquisas e novas abordagens de pensamento numa sólida ótica com intentos mais profundos.

II. Referencial e bases teóricas nas principais doutrinas da história do pensamento contábil

Os movimentos doutrinários do século XIX e XX eram por todos os meios comprovadores de uma ciência, cuja prática seria raciocinar sobre os fenômenos patrimoniais acontecido nas empresas e instituições.

Uma crítica sobre o conteúdo da contabilidade começara a surgir na Itália com Crippa e Bonarccini, vindo a evoluir em doutrinas materiais (que buscavam objetivamente o conteúdo de nossa disciplina).

Na França no século XIX em 1834, Coffy apresenta tese à academia de ciência – uma das mais influentes do mundo –, e Costay produz o primeiro teorema de contabilidade.

Desde então, a cadeira de contabilidade pertencia à acadêmica, ou seja, havia um posto para o seu nome como ciência.

Retornando ao Berço Italiano as discussões ficaram mais acirradas quando se passava a desenvolver teorias em torno de nosso conteúdo científico; Villa fora o primeiro a definir a contabilidade neste berço como a ciência da riqueza.

Obviamente, como ciência da riqueza, e como ciência do capital, definidas na Itália e França respectivamente, ela fugiria daquela parte instrumental que a acompanhou desde o seu início que nada mais era do que o levantamento de contas, ou a metodologia contabilística, pois, antes definida somente como arte, tudo ficara restrito neste potencial de contabilização e não explicação dos fatos.

A finalidade da contabilidade presente nas abordagens de Crippa, Bonarccini, Coffy, Costay, e Villa, era a de estudar as empresas por meios das contas e informações, e não informar somente.

Assim, ainda na Europa uma tendência forte em relação ao aspecto jurídico invadiu a contabilidade; seus mais afluentes doutrinadores, sem dúvida, foram Cerboni (1886) e Rossi (1882) que apregoavam ao estudo da contabilidade o limite dos direitos e obrigações de um empreendimento, desse jeito nossa ciência seria relacionada com a do direito, e mais problemas em relação à sua finalidade seria ligado ao estudo personalista.

Outra vertente, porém surgia diferente das dos demais autores da França, e da própria Itália, até o final do século XIX.

Neste tempo o primeiro a expor que a contabilidade era uma ciência que estudava a fundo da informação de maneira mais profunda foi Besta (1922), com suas bases em Villa, e o seu esforço de tirar o nível contábil daquela estrutura jurídica e até dogmática, reconhecendo como vários filósofos que uma coisa é calcular e mensurar uma coisa, e outra é explicar a mesma. Dizia o mestre:

As razões múltiplas que servem a várias contas de uma dada ordem ou sistema têm lugar entre grandezas numéricas definidas; no qual eu julgo grave erro de lógica aquela

pelo qual se tenta fundir a demonstração na equivalência dos débitos e créditos, que é constante em alguns métodos de escrituração [...] somente a contabilidade poderá descrever a fundo a teoria do balanço, reconhecido como solene instrumento do controle financeiro, e estuda-lo na sua completa estrutura. (BESTA, 1922, pp. 43-44)

Dessa forma o mestre colocava o balanço e as demonstrações, até as escriturações, como métodos ou instrumentos para o controle financeiro e gerencial das empresas.

Para Besta, o princípio básico da contabilidade seria o controle do patrimônio, ou melhor, a sua indagação residente na observação e explicação das causas e efeitos da gestão. Portanto, tal como os acadêmicos do século XIX, o estudo contábil seria com vistas no comportamento do capital, e não somente no levantamento das informações. E Besta fora claro dizendo que as mesmas eram nada mais que “instrumentos”.

Um seu discípulo fora Mais (1927) este fundador da escola patrimonialista da contabilidade (esta reconhecida no mundo todo), o mestre nas suas obras, e no seu esforço sempre procurou colocar como objeto contábil os fenômenos patrimoniais, e como finalidade não informar, mas disciplinar o seu comportamento.

Mais sempre comentava que o objeto da contabilidade era o fato patrimonial, e que a informação seria problema secundário, porque a finalidade de nossa disciplina era fazer com que a administração pudesse se guiar, obviamente, promover o melhor movimento da riqueza.

Suas palavras foram bastante claras neste sentido:

Mas, o “relevacionismo” foi além da conta. Bastava refletir o que é a contabilidade, na sua especialidade instrumental, isto é como relevações dos fatos patrimoniais, ou que sobre o patrimônio influem, nunca foi somente contas [...] que uma ou outra relevação, nada mais são do que instrumentos, que métodos, a serviço da contabilidade para o estudo dos fenômenos patrimoniais nas empresas e nas entidades de toda natureza.” (MASI, 1971, pp. 130).

Ainda argumentava sobre a tendência de se colocar tudo na informação

Mas o erro fundamental dos “relevacionistas” foi de reter o apontamento de que a relevação coincidissem com a contabilidade e não mais que dessa fosse instrumento daquela indagação reconhecida dos “fatos a relevar” que eram e não os fatos patrimoniais, como será amplamente demonstrado em outra ocasião e como pois as nossas reiteradas críticas precedentes e com abrangência teriam a demonstrar, já que se retém a técnica econômica como abrangente da técnica patrimonial e a doutrina da gestão patrimonial como um capítulo dessa técnica econômica: mas tudo isto erroneamente.” (MASI, 1971, pp. 135).

E por tudo comentava que este movimento “foi além de um grande erro, talvez um dos maiores erros do qual foi invadida a ciência que tratamos” (Masi, 1971, p. 134).

Ou seja, o confundir nossa disciplina com a informação ou dizer que ela apenas seria informadora, ou produziria informes, não esgotaria o problema científico dela, pois, o mais importante na ótica de Masi, era gerenciar os fenômenos, nas suas causas e efeitos, produzindo neles conteúdos de sanidade, pela orientação de sua administração.

Outro autor criador da primeira corrente de pensamento doutrinária que reuniu cerca de milhares de adeptos, e conseqüentemente, se destacou no mundo foi Sá, cuja opinião não se equivalia a dizer que produzir informação em contabilidade era nada mais do que o seu processo e não sua parte intelectual.

Em sua obra sobre a filosofia do nosso conhecimento ele argumentara o seguinte:

A contabilidade é uma ciência [...] O objeto da contabilidade é o patrimônio aziendal. Logo os fenômenos que formam a matéria de nossas indagações são os fenômenos patrimoniais [...] Contabilidade não se pode confundir com o levantamento patrimonial [...] Enquanto considerarmos a Contabilidade como ciência do patrimônio o nosso campo de indagações não terá limites de pesquisas.” (SÁ, 1953, pp. 121-125).

O mestre era claro em dizer que não poderia se confundir o levantamento, e as informações com o nosso conhecimento, pois, se assim o fizéssemos iríamos entender a contabilidade como processo e não como ciência superior.

Sá ainda dizia que foi “o registro é que se mecanizou – não a ciência” Sá (1953, p. 115), para não apontar confusões.

Mas, contundente fora em sua teoria geral do conhecimento contábil quando apontava que a informação deveria ser nada mais do que dimensionamento do fenômeno patrimonial.

Então, para a sua doutrina neopatrimonialista, a contabilidade no estudo do seu objeto, possui as informações como dimensionamentos, de causa, efeito, qualidade, quantidade, tempo e espaço do que acontece, não se confundindo com a essência e o ambiente do fenômeno (Sá, 1992).

Portanto, com base neste referencial básico, nos autores que formaram as privilegiadas doutrinas mais enfáticas do século passado: o controlismo (Besta), patrimonialismo (Masi), e neopatrimonialismo (Sá), a informação é apenas instrumento, e nossa ciência não tem a finalidade de “informar” mas de explicar a mesma para a gestão.

Então, surge a incógnita de questionamento porque existe tal definição no seio de nossa disciplina? Numa análise histórica perceberemos que ela é de origem anglo-saxônica, e modernamente houve esta definição de contabilidade:

Os objetivos pragmáticos se concentram na utilidade ou relevância da contabilidade. A relevância foi definida, no Referencial Conceitual, como “a capacidade da informação de fazer alguma diferença em uma decisão, ajudando os usuários a fazer predições a respeito dos resultados de eventos, passados, presentes e ou futuros, ou confirmar ou corrigir as expectativas anteriores.” (HENDRIKSEN & VAN BREDA, 1999, pp. 315).

Houve no início do século XX uma tentativa dos grupos políticos de normatização estabelecerem pronunciamentos de natureza contábil, só que sem a ajuda dos acadêmicos, a se começar com as normas do mercado financeiro e bancário americano (Myer, 1972).

Todavia, com uma seqüência de procedimentos, inclusive, com a grande depressão, e o aumento de fiscalização e investigação sobre os estados de contabilidade, existiu um movimento que procurou normatizar os elementos de contabilização, a se começar não só pelo AICPA, mas de um outro grupo que com este tinha relação chamado de APB (*Accounting Principles Board* - grupos de princípios de contabilidade) e o CPA (*Committee on Accounting Procedures* - Comitê de Pronunciamentos Contábeis), criado pelo AIA - *American Institute Accountants* - Instituto Americano de Contadores), que eram responsáveis por boletins de contabilidade.

Estes mesmos que criaram na década de 30, a definição de que a contabilidade teria como meta principal emitir um cadastro de informações, que sua função seria a de informar e assim por diante (Iudícibus, 2000).

Portanto, a política pragmática seria até seguidas por acadêmicos não só do país, mas, do estrangeiro, conceituando a contabilidade como uma ciência da informação.

Interessante é saber que historicamente tal país começou com os analistas e consultores patrimoniais, ou seja, a escola americana era da explicação patrimonial e não do sentido somente de informar, isso se vê claramente nas obras de Wall, Dunning, Gregory, Bliss, Gilman, Kester, Paton, e Litleton, nos primeiros decênios do século e depois com outros diversos a se citar Foulke, Johnson, Johnston, Myer, Mayer, Hendriksen, Breda, Stockton, Vatter, Kaplan, Finney, Milner, Norton, Atkinson, Altman, Beaver, Backer, Jacobsen, Dinwiddie, Yamane, Ewertas entre outros mais que criavam uma tendência de explicação contábil para a decisão empresarial.

Mas, não somente no estudo das ilações dos doutrinadores que forma o nosso referencial básico – Besta, Masi, Sá -, todavia, com bases em outros autores podemos perceber que sempre existiu uma refutação à conceituação do pragmatismo de ser a contabilidade uma “ciência da informação”.

No início do século, a partir da terceira década a Europa já começava a entender e inclinar uma contabilidade para a explicação dos balanços.

Zappa, pais do aziendalismo, dizia que seria inútil dizer existir uma ciência da contabilidade, ou da empresa apenas nas contas:

Tais e símiles coisas se escreveram e se reescreveram nos tempos passados; e também hoje com inalterável pertinácia se repetem a proposição das escriturações, como se tratasse de princípios incontrovertidos. Contudo certamente vã, ilusória e ingênua é a pretensão de querer constringir em quatro mesquinhas formulas, refletindo o mecanismo de um dado processo de relevação a “essência” ou os

“princípios” da “ciência” que deveria “informar e estudar” em toda a sua manifestação, o rico e variado vir-a-ser da gestão azizendal” (ZAPPA, 1950, pp. 20).

E não só ele, mas, outros autores como Ceccherelli (1950) produzia tendência doutrinária, em Florença, voltada para a interpretação das informações na sua “A linguagem dos balanços”.

Na Alemanha já se pensava em uma contabilidade gerencial, chamada de *Betriebswirtschaft* em relação ao levantamento de contas *Rechnungswesen* que era utilizado como instrumento.

Na escola portuguesa da mesma maneira, Monteiro (2004) não aceitava outro objeto senão os fenômenos patrimoniais e outra finalidade senão a de orientação para a sua administração; tal tendência fora colocada antes por Mello (1953), e também por Gonçalves da Silva (1951, 1970), e de forma importante Ferreira (1981) em discussão sobre a finalidade da contabilidade, chegou a colocar o seu objeto como a gestão das empresas, não obstante, posição que não seria contida nas informações, ou no escopo de informar.

No Brasil o sentido pragmático exposto por inúmeros autores, acabou prevalecendo no aspecto de gestão, pois, se deveria informar para gerenciar o patrimônio, e aplicando as tecnologias de avaliação e análise dos demonstrativos contábeis (Iudícibus, 2000; Matarazzo, 1998; Morante, 2007; Masakazu, 2008; Martins, 2001, 2006; Leone, 2000; Santos e Schmidt, 2002).

Com bases nos três teóricos de principais escolas de pensamento, e nos demais de nossa ciência, pode-se assumir que a finalidade da informação contábil não é o fim exclusivo de nossa ciência, e esta visão carece de respaldo e consertos, de acordo com a filosofia e o potencial científico da contabilidade.

III. Referencial teórico com base nos principais autores da filosofia do conhecimento racional

A filosofia é amiga do saber, portanto, ela nos orienta a verificar a qualidade de um conhecimento de acordo com a interpretação (Silva, 2009; 2009a).

Sabemos que muitos foram os gênios da filosofia, todavia, aqui iremos observar apenas alguns destes de acordo com a nossa base principal em relação ao conceito pragmático da contabilidade; teremos as observações de Kant (s/d), Poincaré (1924), e Bunge (1987), além desses observaremos outros mais como Platão (2005), Reale (2002), Leibniz (s/d) dentre outros.

O primeiro a ser observado é Kant (s/d) o mestre reconhecia que a única coisa passível de observação na ciência seria o fenômeno, argumentando: “ainda que os fenômenos não sejam, coisa em si” seriam “a única coisa que possamos ter conhecimento” (p. 242) e a finalidade nada mais do que a sua explicação e entendimento.

Ele comentava que pouco adianta ter uma visão das aparências se não se pode interpretar a coisa em si nas suas possibilidades:

Desnaturam-se os conceitos de sensibilidade e de fenômeno inutilizando e destruindo toda a doutrina do conhecimento, quando se quer que toda a nossa sensibilidade consista na representação confusa das coisas, representação que conteria absolutamente tudo o que elas são em si, ainda que sob a forma de um amontoado de caracteres e representações parciais, que não distinguimos claramente uns de outros". (Kant, sem data, Parte primeira Segunda seção, parágrafo 8 – 1).

O importante não seria a representação confusa das coisas, ms, o que ela reapresentam fenomenologicamente.

Igualmente ele comentava que se uma ciência tivesse que ser reconhecida como superior deveria ela ter um objeto e uma finalidade que as outras não tivesse. Nesta ótica se colocássemos a contabilidade como ciência da informação, deveríamos comprovar que nenhuma outra ciência informa, e que nosso objeto seria o registro, ou os informes. Tal posição seria impossível de se fazer com a doutrina moderna de nossa disciplina.

Igualmente Poincaré (1924) recomendava à ciência o estudo dos princípios que se aparentavam no objeto, ou as suas leis que denotam a constância de comportamento. Ora se as informações são retratos de um objeto em marcha, obviamente as leis científicas em lógicas seriam concernentes aos mesmos acontecimentos e não às suas formas de observação.

Bunge (1987, p. 186) também comenta que para se ter uma ciência é necessário reconhecer a capacidade explicativa, diferentemente da tecnologia, e esta só pode levar ao especialista a pensar, então, as informações são tecnologias ou produtos da mesma pelo registro, coincidentemente, não podem ser reconhecidas como o pensamento em si, mas, como elementos que nos fazem pensar. Colocava em três perspectivas as práticas científicas: 1^o) - com a ciência contemporânea; 2^o) - controle do método científico, e não método expositivo; 3^o) - seu uso para controlar ou criar novas coisas.

Uma ótica diferente é a apresentada por Reale (2002) que toda ciência possui um suporte e uma significação, ou seja, o suporte é a informação que nos leva a procurar uma indagação. As informações são suportes para se explicar o que acontece num objeto. Reconheçamos no direito, os contratos, os documentos, notas fiscais, e leis, são suportes para se explicar o fato jurídico, conseqüentemente dentro da interpretação do jurista. E o mesmo pode ser levado à contabilidade. Então, não se pode misturar a interpretação, e o fato, com a informação que o faz representar.

Isto porque na ótica observada pelos filósofos clássicos, a finalidade da ciência é o bem do objeto, isto é, procura-lhe verificar o modelo de eficácia de comportamento, como argumentava Aristóteles (2005,2002); no caso contábil seria o mesmo que dizer fazer uma boa gestão dentro da sanidade financeira, reidual e de equilíbrio, e não somente informar, ou produzir informação, mas, usa-la para a prosperidade das riquezas dos empreendimentos.

Igualmente, esta tese se reforça em Platão (2005, p. 62) o mestre bem comentava que o fato de se praticar algo, ou de produzir instrumento não quer dizer que se produza ao mesmo tempo a ciência: “O fato de tomar nas mãos qualquer outro instrumento não fará de ninguém um artífice ou um atleta, nem será útil àquele que não tiver o conhecimento de cada arte nem obtido a prática suficiente”. Portanto, a sabedoria de uma coisa independe do seu nível de prática informativa, ou mecânica, mas do seu nível de raciocínio.

Em resumo, tal como a inteligência é a arma da ciência (Leibniz, s/d) se considerarmos os instrumentos de contabilidade como a informação, teremos as indagações e a forma de explicar como finalidades mais sublimes, todavia, se misturarmos os conceitos, oferecendo confusão, podemos criar doutrina falsa, ou ilação incerta tal como a do pragmatismo atual.

Ou seja, para dizer que a contabilidade é uma “ciência da informação” dever-se-ia:

1. Comprovar que todas as ciências não produzem a informação e só a contabilidade (ótica Kantiana);
2. Comprovar que os fenômenos patrimoniais não são estudados, mas apenas informados (ótica Kantiana);
3. Comprovar que a representação e a finalidade contábil é a mesma coisa, desmerecendo os fenômenos patrimoniais (ótica Kantiana);
4. Afirmar que os princípios da contabilidade são apenas da informação e não dos fenômenos que ela representa, negando as possibilidades de criação de leis patrimoniais (Poincaré);
5. Afirmar que na contabilidade só existe tecnologia que não ensina a pensar, ou que necessita de explicações (Bunge);
6. Comprovar que na contabilidade não há significados, mas suportes (ótica Realeana);
7. Afirmar que o fim da contabilidade não é o de prosperidade do seu objeto, mas, de “informações” ou “informar-lhe” apenas o estado estático (noção aristotélica, e platônica);
8. Comprovar que a contabilidade só usa a mecânica e não a racionalização dos informes, ou o seu entendimento (Platão).

Obviamente se tentássemos comprovar isso pela maiêutica, teríamos dificuldades, problemas, e chegaríamos a erros terríveis de serem cometidos. Portanto, é impossível afirmar um pragmatismo de contabilidade apenas na informação. Alias, este não seria o contexto real de uma filosofia pragmática usando o nível racional que seria disposto a ser usado em nossa ciência.

Em geral pelos argumentos dos filósofos, se a contabilidade fosse a ciência da informação, deveria ter esta única finalidade diferentemente das outras ciências, ou que não acontece, e nem pode acontecer; deveria ela estudar o fenômeno e querer o bem do seu objeto, e não apenas produzir-

lhes esclarecimentos; deveria nesta tecnologia aplicar a sua razão ou usar os informes para o raciocínio e orientação; deveria também reconhecer as leis dos fenômenos que acontecem e não somente informar-lo; isto porque a informação é suporte e não significado de nossa ciência; é a mente do contador que a explica, e a produz ao mesmo tempo, todavia, o fato de informar não coincide com o de entender e interpretar o informe.

Em resumo então por todos os ângulos dizer que a contabilidade é ciência da informação de acordo com a interpretação dos autores usado nesta ciência, seria nada mais do que definição errada, produzida por tautologia ou paralogismo evidente.

Assim, o referencial teórico filosófico, também respalda a nossa hipótese colocada no início do trabalho, cabendo ainda a nós fazermos ainda mais testes sobre a sua veracidade.

IV. Verificação e teste filosófico das três principais proposições sobre a contabilidade como informação (pragmatismo)

Como as teorias anteriores, o controlismo de Besta, patrimonialismo de Mais, e neopatrimonialismo de Sá, e os demais pensamentos filosóficos, atestam visões diferentes do reducionismo da contabilidade apenas a informes, temos que fazer testes lógicos na ótica dessa afirmação. É necessário fazer testes com o rigor filosófico e maiêutico

O apontamento para uma observação inclinada a uma ideal pragmático, se resume num conceito que assume três vertentes. As teses principais a serem avaliadas pela epistemologia serão com relação a estas ilações:

1. A contabilidade tem em vista informar e esta é a sua finalidade;
2. A contabilidade fornece informações para a tomada de decisão;
3. A contabilidade é um sistema de informação;
4. A contabilidade produz informação para a gestão.

Observaremos em cada teses em ângulo de defesa, análise, questionamento, verificação e logicidade ou ilogicidade com suficiência se elas seriam adequadas ou não para a contabilidade.

A base teria para logicidade dos termos, e sua verificação, por uma delimitação e escolha, são três também:

1. O princípio da essência sobre a forma – que faz prevalecer a substância de um fato ou alvo de investigação por sobre a sua forma de demonstração.
2. Teoria Kantiana – Kant (s/d) apontava que todas teorias científicas, só podem ser concebidas como tais, quando possuem objeto e finalidade deferentes, porém, voltados aos fenômenos.
3. A lógica de Poincaré (1924) – o mestre argumentava que em discurso se algo fosse contrário a uma primeira afirmação, deveria ser ele ilógica, ou seja, uma afirmação para ser verdadeira não pode se autocontradizer.

Com base neste três testes verificaremos a validade dos argutos do conteúdo da doutrina pragmática a fim de expormos noções sobre a sua validade.

IV.1. Avaliação e teste das proposições pragmáticas de acordo com as bases filosóficas

Analisaremos cada uma das proposições pragmáticas tendo em vista o valor da contabilidade, na sua extensão científica.

IV.1.1 Proposição – A contabilidade tem em vista informar e esta é a sua finalidade

Numa análise histórica vemos que o desenvolvimento da contabilidade, não só numa série de século, mas, até de milênios teve como fim basicamente a informação dos fatos.

Inclusive no século XIII o vocábulo contabilizar era sinônimo de uma excelente administração (Masi, 1971).

Ou seja, a contabilidade sempre informou, ou produção informações, isso não é novidade em sua atividade.

As primeiras teorias da contabilidade promovidas por uma plêiade de contabilistas europeus como Paciolo, Manzoni, Fiori, Pietra, e Degranges eram por demais elevadores das contas e informações no seu mais alto grau.

Em resumo a contabilidade sempre informou.

Todavia, numa observação filosófica podemos perguntar: a única finalidade contábil é a de informar? A informação é exclusiva da contabilidade? A informação é a essência contábil? Estes serão passos principais de nossa análise.

Inicialmente pela lógica de nossa ciência (seguindo a linha de Poincaré) o fim da contabilidade não é necessariamente informar, e nem proceder apenas a isso.

Esta afirmação não é nossa fora exposta pelos acadêmicos da França, no primeiro quinquênio do século XIX, conforme o famoso teorema de Costay, nestes termos:

Sendo dado um capital composto de uma maneira conhecida e destinado a ser sucessivamente aplicado, em totalidade ou por partes, em diversos ramos, e a sofrer modificações na sua grandeza e na sua natureza por várias causas; seguir este capital nas suas transformações sucessivas; determinar, numa época qualquer, o valor, a natureza e a posição de cada uma das suas partes, os aumentos e as diminuições que tem sofrido; fazer conhecer as causas destas variações e a parte que cada causa tem tido no resultado total ou no resultado parcial” (PFATZGRAFF, 1956, pp. 15).

Portanto para Costay, que resumia o interesse da instituição acadêmica, o fim da contabilidade além de informar seria analisar os estados patrimoniais no ângulo de gerenciamento ou comportamento.

Villa também entendia que a finalidade informativa não resumia toda a observação contábil, que seria voltada à gestão, e matemática, então, outras formas para realizar o seu intento.

Besta (1922) aduzia pontos contra as finalidades informativas, dizendo ser estas, meios que faziam transparecer o controle econômico (operacionais e redituais) das empresas, nos seus diversos fenômenos, e igualmente nos elementos de patrimônio a se administrar.

Então, o ponto de lógica pode ser resumido em duas básicas explicações:

1. A contabilidade não possui a informação como única função ou finalidade
2. Uma coisa é informar e outra é analisar e explicar em contabilidade

Dessa maneira, dizer que a contabilidade tem em vista informar, como se esta fosse a sua única finalidade, é ilógico.

Assumindo estes termos podemos verificar o princípio da essência sobre a forma. O que então, seria esta lei de interpretação, seria nada mais do que uma forma de produzir explicações sobre a realidade de uma coisa, por sobre as suas formas. Então:

Portanto, colocando as informações no seu ponto de verificação, se a contabilidade tem a única finalidade informativa, não poderia ela analisar e explicar o patrimônio. Isto quer dizer que pela essência, pensando desse modo prejudicaríamos a lógica, até a explanada nos parágrafos anteriores.

Então, na essência o que representa as informações? Fenômenos patrimoniais. E estes são dispostos a que? A uma administração dentro de um sentido gerencial. Em resumo, a essência da informação e da atividade de informar, é observar, verificar, testar, e orientar a gestão, e não apenas “declarar o que se passou”.

Obstante, dizer que a informação é a atividade da contabilidade única, em essência seria impossível, pois, o informe guarda uma substância: a riqueza administrável.

Igualmente, dizer que a contabilidade tem a única atividade de informar, também é em essência impossível, porque estas são retratos de fenômenos dispostos a uma administração gerencial.

Podemos compreender então que em todos os ângulos a essência da informação é o fenômeno e sua gestão, e não apenas ficar na forma, que é o “informe em si”.

Para ainda observar tal proposição em mais um teste podemos compreender a ótica Kantiana, que diz que uma ciência teve ter uma finalidade singular, e um objeto que as demais não tem.

Dessa maneira se dissemos que o objetivo da contabilidade é apenas informar qual é o seu objeto? É a informação? Não, o objeto é aquilo que se expressa nas contas.

De igual modo qual seria a finalidade da contabilidade? Apenas informar? Então teríamos que comprovar que nenhuma outra ciência poderia informar como a nossa.

E sabemos ainda que isso seria inaceitável, pois, todas as ciências informam e nem por isso são chamadas de “ciência da informação”.

Então, ainda, uma confusão se mantém em tal proposição, visto que, dizendo que a contabilidade apenas informa, não se adjetiva a qualidade ou o tipo dessa informação, porque o jornal, as revistas, a televisão, a internet, também informam e nem por isso são contabilidade; igualmente, um mapa geográfico é uma informação e nem por isso é contabilidade; uma partitura contém informações que não são da contabilidade. Por todos os meios tal proposição é falaciosa demais para ser considerada verdadeira.

Na ótica Kantiana seria impossível aceitar que a finalidade única da contabilidade seria informar, e que o seu objeto poderia ser mascarado nesta forma, sob a desculpa de “linha para objetivos”.

Em resumo numa observação da essência sobre a forma, da lógica, e Kantiana a contabilidade não tem em vista apenas informar, todavia, esta é um meio, uma forma, para se explicar, e orientar a gestão dos fenômenos patrimoniais.

IV.1.2. A contabilidade fornece informações para a tomada de decisão

Obviamente, se se quer tomar uma decisão deve-se ao menos saber sobre o que tomar, em empresas isso é comum, para saber o que fazer, deve antes saber o que deve ser feito, e no que se vai alterar com a administração.

No entanto, pela lógica a informação é uma forma de fazermos tomar conhecimento, desse modo, devemos antes de tudo nos orientar sobre o que fazer.

Isto quer dizer, saber o quanto e o que, não é suficiente em matéria de administração, o que faz, em lógica assumir mais duas máximas:

1. Informar não é suficiente para a tomada de decisão
2. A informação é um meio, que deve ser explicado junto com o raciocínio para produzir orientações convenientes sobre como, porque, e em que se vai tomar a decisão.

Numa ótica Kantiana a informação dos fatos não garante que nossa ciência seja apenas um diferencial; todas as ciências informam, todavia, a particular atividade científica consiste na forma de orientar, e em nosso caso a forma é gerencial.

Ou seja, informar não permite suficiência científica de melhoramento dos fenômenos e adequado comportamento, primeiro porque todas as disciplinas informam, segundo porque não é de exclusividade da contabilidade informar, pois, todas têm tal finalidade.

A decisão em contabilidade é produzida em essência pela orientação, e explicação dos fatos patrimoniais. Isso é visto pelo princípio da essência sobre a forma. Por exemplo: sabe-se pela informação que as vendas são de \$ 100.000,00 e os lucros de \$ 15.000,00, todavia, não se sabe bem o que fazer com relação aos preços, aos custos, as margens, e as unidades, estas coisas só poderão ser realizadas não se informadas, mas se forem explicadas dentro de um contexto de análise. Então necessário é analisar para explicar e não apenas informar as coisas.

Por fim último na análise feita existe insuficiência em se garantir cientificidade contábil na gestão apenas pela informação, pois, ela denota outro fim mais preciso, e igualmente aponta para uma observação de não-exclusividade de tal função, ou seja, tudo que se informar deve ser explicado, ou racionalizado pela análise e investigação para a gestão. Por isso, tal proposição revela que esta proposição tal se afigura insuficiente.

IV.1.3. Proposição - A contabilidade é um sistema de informação

O verbo “é” assume inerência ao “ser”, ou seja, se alguém “é” estamos falando da sua visão ôntica (ser). Se sou, é porque existo, então, recordamos Descartes (1960) agora no seu cogito, “penso logo existo”.

Quando então que se diz que a contabilidade “é” um sistema de informação, assumimos nesta este sujeito, isto é, “ser um sistema de informação”.

Numa análise dos autores brasileiros, portugueses, franceses, e italianos (que já fizemos no decorrer do artigo) temos que todas as abordagens foram relativas aos sistemas de informação, algumas, porém, contendo caracteres gerais, sem resumissem este “sistema informativo” a toda uma contabilidade.

Por toda a história, pela lógica sabemos que a contabilidade “produziu” um sistema de informação, e na era doutrinária, passa a produzir raciocínios do que seria a sua ciência, ou seja, como ela explicaria todo o seu processo informativo. Em resumo temos duas máximas lógicas:

1. A contabilidade possui um sistema de informação e é um sistema de conhecimento por ser uma ciência
2. O sistema de informação dos fenômenos patrimoniais está a serviço da ciência da contabilidade

Na tradicional visão pragmática observa-se que a contabilidade seria um sistema de informação, ou seja, o que faz diferenciar a nossa ciência seria nada mais que o conjunto de informes que ela possui. Vejamos inicialmente os seguintes questionamentos: o sistema de informação caracteriza uma ciência? A ciência “tem” ou “é” um sistema de informação? Nestas duas premissas observaremos a lógica.

Em realidade toda ciência possui um sistema de informação, este para ser explicado pela parte racional produzida pelo sujeito que conhece, ou

que quer entender por sobre indagações o que se passa no fenômeno, ou no objeto, e como ele se comporta, ou como deveria ser comportado. Então, o fato de informar não caracteriza uma ciência. Mas, saber o que se passa, e como funciona, ainda como se pode fazer ou estabelecer indagações que é fundamental para o conhecimento superior.

É lógico que o fato de “ter” não que dizer que uma ciência “é” um sistema de informes.

Então pela lógica o sistema de informação da contabilidade, está a disposição do seu sistema de conhecimento, isto é, dos raciocínios, das análises, das induções, das investigações que nossa sabedoria possui, para explicar, entender, orientar, e promover a prosperidade patrimonial interpretando os modelos ideais de gestão e produzindo as melhores consultorias de movimentação.

A contabilidade então, é um conhecimento, ou um sistema de conhecimentos, que possui um sistema de informação como um instrumento para fazer as suas indagações, e explicações mais formidáveis no mister da decisão e promoção concreta da prosperidade patrimonial.

Na ótica Kantiana o que traduz uma ciência seria nada mais do que a doutrina que estuda os fenômenos, não se mistura, ou pretere, ou substitui a representação informativa da sabedoria que as tenha que interpretar.

Isto é, uma coisa é o conhecimento, e outra a informação como descrição do que aconteceu, ou acontecerá, sem se entender-la no contexto de funcionamento.

Primeiramente as informações em si são representações, e não são iguais aos fenômenos que a contabilidade estuda, porque não seriam eles representações, mas “coisa em si”, acontecimentos reais.

Em segundo lugar os sistemas de informações são comuns em todas as disciplinas. Então, todos possuem a informação, isso diferiria a contabilidade como ciência porque se todos os tem, como nossa disciplina viraria ciência com uma finalidade comum a todas demais sabedorias superior? Impossível de se acreditar. Haveria diferencial no ângulo de visão e análise contábil? Logicamente não.

Portanto como transpareceria os informes que representam outros fenômenos que são patrimoniais, e não são os “fenômenos de informação”? Como instrumento a serviço do sistema de cognição da contabilidade.

É lógico que por longos séculos, e até hoje, entre as disciplinas gerenciais, a contabilidade tem um papel mais forte de levantar o patrimônio pela contabilização, isso, porém, é um aspecto em mira, e não necessariamente escopo exclusivo, com diferencial científico.

Pela essência a informação é uma forma, e não pode ser tido seu sistema, como diferencial científico.

Ora, pelo princípio da essência sobre a forma, todas as ciências têm um sistema de informação, todavia, na abordagem pragmática a contabilidade é um sistema de informação.

Isso é apenas ficar nas formas de nosso conhecimento, em não na sua essência fenomenológica e de explicação, procurando saber o que estas formas representam ou significam.

Destarte, isso recai num outro ponto que já acabamos de discutir se nossa ciência: informar para orientar a gestão. Ela como disciplina da orientação patrimonial não pode ser resumida no informe, porque não se orienta apenas se sabendo o que é, mas, como ela deve ser nos modelos ideais de comportamento.

Portanto, colocando o princípio da essência sobre a forma, a contabilidade não “é” e sim “tem” um sistema de informação que lhe serve para orientar o melhor modelo de comportamento.

Outro questionamento que queremos resolver com a argumentação é o seguinte, seria ilógico diferenciar uma ciência pela informação, mesmo empresarial que transmite, a não ser se os fundamentos tivessem o processo como objeto, o que não acontece em contabilidade.

Ou seja, o fato de ter uma informação não caracteriza que a contabilidade seja ciência; informações todas têm, e qualquer uma pessoa leiga o pode ter, mas método, metodologia, e conhecimento de leis imortais sobre o comportamento do objeto especialidades selecionados ramos possuem.

Este contexto assume problemas a se resolver, inicialmente, em se tratando de contabilidade; para defini-la como ciência teríamos que provar que nenhuma outra pode ter um sistema de informação, ou que ela não explicaria este sistema, ou que este não guardasse as essências fenomenológicas. Como todas as ciências informam, é ilógico deixá-la como conceituação científica ôntica de “sistema de informação”, só pelo fato de informar, ou ter um sistema de informes, mesmo que empresarialmente.

IV.1.4. Proposição - A contabilidade fornece informação para a tomada de decisões

Uma tendência que começara com Besta e assumia-se no início do século um estudo da contabilidade como útil para a tomada de decisões aponta os aspectos de gerenciamentos possíveis.

A escola dos analistas norte americanos também usava as informações para a tomada de decisões com Gregory, Dunning, Patton, Wall, Bliss, depois de forma evoluída com Johnson, Johnston, Kester, Finney, e Milher, Atkinson, Stockton, entre outros, para finalmente garantir uma teoria mais avançada que atingia ao fim de tomada de decisões como objetivo fundamental.

No Brasil, a tendência pragmática, apesar de manter uma base para toda uma série de finalidades informativas, expunha outro fim que é o de “tomada de decisão”, ou seja, tal como um médico cura o seu paciente, de igual forma, o contabilista pode curar a empresa pelo uso das informações que são instrumentos para o gerenciamento.

Na lógica podemos dizer então que a informação é instrumento, e não apenas finalidade exclusiva para se tomar a decisão. Tal análise é fácil de se fazer. Pois, se dizemos que “a informação contábil serve a decisão gerencial”, obviamente o fim é a gestão, então, a informação se torna instrumento. Neste ângulo temos ainda duas máximas a serem consideradas pela lógica:

A contabilidade deve explicar o que a informação revela para a gestão.

O fim da contabilidade não é informar, mas, prover especial gestão com base nas informações, e com meio nas orientações e explicações racionais.

Logicamente, autores diversos defendem o fim na informação, todavia, preconizando a “tomada de decisões”.

Assim pela lógica o fim da contabilidade pragmático é insuficiente se ficar na informação, porque o seu escopo real é o de promover a gestão.

Ora na ótica Kantiana, a promoção da gestão em modelos comportamentais de eficácia e prosperidade, tal como a contabilidade possui na sua autônoma visão não se mistura com o das outras ciências nem com o da administração que tem por fim praticar estes modelos. Consideravelmente a gestão, é a do objeto fenomenológico, não preterindo o estudo dos acontecimentos.

Também, pela essência sobre a forma, a informação é uma forma que deve ser observada na sua essência a fim de se estudar os fenômenos que são principais para a gestão. A essência da contabilidade não é informar, ou a informação, mas, o gerenciamento, ou a decisão, numa formidável, ocular, e ideal gestão.

A essência da forma de transmissão de informações, é a orientação para a gestão eficaz na promoção da prosperidade empresarial.

Consideravelmente, isso assume uma observação de lacunas e questionamentos: a contabilidade tem em vista informar ou auxiliar na tomada de decisão? Pela lógica, observação kantiana, e essência a gestão e sua promoção é o fim básico, de modo que os informes são instrumentos ainda, que precisam ser explicados para chegar no principal escopo. Em resumo a informação é instrumental para a contabilidade, na consecução de uma gestão útil.

V. A informação é um instrumento ou instrumental para a contabilidade e a seu serviço nos fins de gestão pelos modelos de comportamento e a falácia do pragmatismo

Analisando todas as proposições principais do mundo pragmático, conseguimos destacar que há evidente traço de insuficiência.

Ora, se mistura a informação, colocando esta junto com o objetivo gerencial, como uma ciência pode ter um instrumento que é sua finalidade ao mesmo tempo? Na verdade a informação pela análise das doutrinas, dos autores, da filosofia, e até dos testes, é nada mais que um instrumento, um meio, uma das finalidades e não a principal da contabilidade.

A informação se retrata como uma das finalidades, não pode ser a exclusiva da contabilidade como ciência, que necessita informar, entender, explicar, interpretar, e orientar com base nos informes.

Em resumo, a informação é uma ferramenta, uma matéria-prima para o conhecimento contábil.

De certa forma, todas as proposições foram insuficientes, e nos seus limites específicos, consideradas falsas, ou parciais porque:

1. A contabilidade possui um sistema de informação que lhe serve
2. A contabilidade não apenas informa como ciência
3. O fim da contabilidade é promover a gestão
4. A contabilidade é uma ciência dos fenômenos patrimoniais e sua prosperidade
5. Informar não é suficiente para a prosperidade das empresas

Resumir como tenta a linha pragmática a contabilidade como “ciência da informação” é tautológico e insuficiente.

Estamos querendo dizer que não se pode ter uma ciência contábil, resumida nos seus principais instrumentos, e igualmente, reduzida às ferramentas que lhe servem, de modo que na análise lógica feita, consideramos que não existe autoridade neste mundo que possa desconsiderar a conexão de raciocínio dessas conclusões por nós aqui salientadas.

É tautológico resumir a contabilidade na informação, porque a fundo, na essência sobre a forma, quer-se dizer uma ciência dos fenômenos patrimoniais, sua disciplina e gestão, com vistas à consecução para a sua prosperidade, e fortuna. Todavia, misturam-se os conceitos.

Então, no lugar de se dizer conhecimento, e orientação intelectual, se diz “informação”.

A tautologia operada pela concepção pragmática é claramente defeituosa e demonstrativa, ou seja, quer expressar uma outra coisa em essência, porém, com outros nomes; isso é defeito de raciocínio.

Dizer que a contabilidade em todo o seu conhecimento, ou arcabouço gnosiológico seria uma ciência da informação, é o mesmo que dizer que o pensamento de um escritor se resume no seu lápis, que lhe é instrumento de observação e escrita.

A fundo se quer dizer outra coisa. Então se comete tautologia evidente, como erro de raciocínio pela troca de conceito pelas palavras que exprimem coisas que em substância quer-se dizer, mas, em forma se diz diferente. A

análise epistemológica da filosofia da contabilidade não pode aceitar como verdadeira esta proposição pragmática. Isso é tautologia real.

Ou seja, quer-se falar conhecimento gerencial para a prosperidade trocando pela palavra “informação”, isso é tautologia clara e grave.

Isso constitui um defeito grave de raciocínio, um erro de pensamento, uma troca de lógica para ilógica que deve ser considerada por todos os ângulos insuficiente, na observação básica da lógica científica.

Observando o princípio da essência sobre a forma: se dissermos que a informação serve a uma tomada de decisão esta última atividade é um fim maior, e a informação torna-se ferramenta de nosso conhecimento.

Ou seja, se a gestão é o fim último, a informação é um meio para se conseguir-la. Em resumo o fato de informar em essência é o de promover a gestão.

Então a contabilidade é conhecimento gerencial concreto que se produz pela análise da informação, estas que lhe são instrumentos reais, para fazer conhecer os estados dos fenômenos patrimoniais.

Seguindo os questionamentos sobre a utilidade da informação, esta serve ao fim gerencial, na ótica lógica, Kantiana, e da essência, em verdade isto podemos entender, se perguntarmos quais são os instrumentos que servem a contabilidade na sua promoção de gerenciamento. A resposta seria: a informação.

Pela lógica se a informação é um meio para a tomada de decisão, não bastará informar ou se ter informações se não se sabe o que fazer com as mesmas.

É interessante dizer que para se chegar à gestão deve-se ter antes de tudo uma tradução das mesmas informações pela interpretação da ciência da contabilidade.

Ou seja, a informação sem os fins de sua utilização para nada serve, deixando a utilidade pragmática de lado. E colocando o conceito geral que resume o pragmatismo como errado e enganoso, no seu limite, no seu tautológico ponto-de-vista, e na sua insuficiência como doutrina lógica.

VI. Considerações sobre os testes do defeito pragmático e a proposta de um neopragmatismo como linha para outras pesquisas em respaldo científico e proposta de moderna doutrina

Os testes foram aplicados com os recursos de maiêutica (questionamentos e discursos com base socrática) com fundamentos de verificações lógicas (Poincaré), Kantiana (Kant), e o princípio da essência sobre a forma. Comprovamos então, a insuficiência do ideal pragmático de colocar a contabilidade como doutrina da informação nos limites desse mesmo conteúdo em exposição.

Isto quer dizer que a tradicional definição é por todos os meios insuficiente, por isso, comprovando o limite, e com bases nos principais autores de nossa doutrina, especialmente Besta (1922), Masi (1971), e Sá (1992) temos que considerar o sentido da gestão como outra finalidade além de informar dessa maneira atentando para um neopragmatismos. Este mais real cientificamente, e lógico, como equivalente à prática ou aplicação de conhecimentos gerenciais, na promoção da eficácia e prosperidade, por meio da atividade racional.

O neopragmatismo seria nada mais do que uma linha doutrinária que consiste em colocar o conceito de contabilidade na sua filosofia prática, isto é, a contabilidade é uma ciência, cuja finalidade prática, seria a de explicar, e praticar a racionalização, produzindo orientação, e modelos de comportamento ideais a serem praticados na consecução dos fins de eficácia e prosperidade.

Isso porque as informações são formas para explicarmos os fenômenos patrimoniais, então, não ficaria nos “informes”, mas “além das informações” numa “prática racional” por isso, “neopragmatismo” (apesar do termo “pragmatismo” fugir muito da sua raiz filosófica).

Então, esta vertente originalmente exposta por nós, enceta-se no conceito sua proposta, atentando para uma “aplicação racional” que usa os informes como “matéria-prima” do seu conhecimento.

Portanto, com bases filosóficas nos autores citados podemos socorrer a uma nova tendência semelhante ao neocontismo (produzido por Besta na sua linha controlística e de gestão, que automaticamente mudou a versão do personalismo de contas, para, o materialismo de contas abertas a valores, ou ativos e passivos), chamado neopragmatismo que se socorre a três teoremas básicos, além da sua conceituação geral de contabilidade:

1. As informações contábeis são instrumentos a serviço de contabilidade, para que ela promova a fortuna e eficácia financeira, reditual, e gerencial, do seu objeto beneficiando a sociedade;
2. A informação contábil sirva à análise, auditoria, e perícia, como matéria-prima de nosso conhecimento, e deve ser fluxo instrumental de nossa prática racional;
3. O objetivo da contabilidade como ciência aplicada é explicar e interpretar as informações, de modo a conseguir soluções para a gestão, modelos de comportamento patrimonial ideal, e obviamente conseguir a satisfação da essência fenomenológica, e das necessidades humanas.

Portanto estes três teoremas produtos dos testes verificados que, apontam para uma possível tendência de estudo, que pode ser tema de novas pesquisas para um neopragmatismo, em linha teórica e funcional. São elas:

Pesquisas de teoria

- Explicação dos fenômenos patrimoniais expressos nos informes;
- Limites da informação e valor da hermenêutica e da interpretação;

- Valor do explicar como utilidade contábil;
- Modelos teóricos e práticos de fenômenos patrimoniais revelados pelos informes;
- Informação, e explicação;
- Qualidade da consultoria na explicação dos informes.

Auditoria

- Informação como base para a decisão
- Auditoria da informação e explicação
- Parecer de auditoria e informes como meio de comprovação da sinceridade dos balanços
- Fluxo Conhecimento de auditoria
- Novas metodologias da auditoria contábil
- Entendendo a informação e o seu processo de produção contábil

Perícia

- Explicar as informações contábeis para usuários jurídicos
- Comprovar e concluir, para o raciocínio dos utentes
- Informar e a explicação como prova
- Prova informativa e entendimento
- Parecer resumido para explicação transmitido por informações
- Conhecimento pericial e informação

Análise contábil

- Informação e análise das informações
- Análise e investigação patrimonial
- Limite de informação e infindável campo para se explicar
- Análise e explicação contábil
- Análise e metodologia da pesquisa
- Análise e modelos de comportamento para a decisão
- Análise e decisão
- Informação, análise, orientação e gestão
- Consultoria, análise, e futuro da explicação da contabilidade
- Razões para comportamentos patrimoniais com base endógena e exógena
- Estudo do futuro e tendência tendo como instrumento a informação
- Comportamentologia racional e explicação dos modelos patrimoniais

Estas seriam as perspectivas para novas pesquisas, caso hoje interessados em manter como escola uma base em nossa proposta, saberemos que existirá um leque importante de estudo em torno dessa nova vertente como proposta provinda de um conceito racional, e neopatrimonial da contabilidade, originalmente aqui trazida em discussão, e que terá amplo alcance de objetos pela plêiade de estudiosos que neste íterim de modo de pensar, se intentar a investigar e produzir trabalhos neste sentido.

VII. CONCLUSÃO

A concepção pragmática que atendia apenas o interesse contábil relativo às informações, por uma necessidade filosófica necessitava ser modificada, pois, claro era o limite que ostentava, e pela moderna fase social, racional, filosófica, e econômica, que se apresenta o mundo, de intelectualismo, igualmente sempre decidindo à observação interpretativa de nossa disciplina para além dos informes mecânicos que o processo contábil tende a visar.

Igualmente, pelos testes baseados por delimitação de nosso trabalho, com base em doutrina, e em filosofia, a uma observação profunda das principais alternativas pragmáticas comprovou-se a ilogicidade e conseqüentemente limites da finalidade informativa, colocada de forma errônea, por defeito de raciocínio, ou mistura de conceito, tautologia evidente, encontrando outro fim além deste que é o de promover explicações para uma gestão sã e adequada, com vistas à prosperidade, de modo que nosso trabalho foi o primogênito numa original verificação dessa premissa, e conseqüentemente conclusão da sua insuficiência, formando uma taxonomia denominada de “neopragmatismo” como respaldo da antiga forma de entender a “prática racional” da contabilidade, tautologicamente, por erro de mente, e filosofia, infelizmente colocada.

As perspectivas para as pesquisas na linha neopragmática tem em vista a consultoria superior e igualmente as explicações das informações que refletem os fenômenos patrimoniais, desenvolvendo diversos temas, na suas funções importantes de auditoria, perícia e análise do patrimônio para a explicação e orientação empresarial, por meio da prática racional de nossa ciência que tem como matéria-prima os informes produzidos, mas, que não são suficientes em substituir a capacidade cognitiva de nossa ciência superior, com finalidade na eficácia do patrimônio, e satisfação das necessidades dos usuários, tal como ao benefício de toda uma comunidade e ao mundo econômico-social em que vivemos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aloe, A. (1976). *Contabilidade Geral*. (6ª ed). São Paulo, Ed. Atlas.
- Aloe, A. (1969). Doutrinadores Italianos. *Revista Paulista de Contabilidade: SCSP*, 47(428).
- Amaduzzi, A. (2006). *L'azienda nel suo sistema operante*. (9ª ed). Torino, UTET.
- Anthony, R. (1971). *Princípios de contabilidade e análise financeira*. São Paulo, brasiliense.
- Aranha, M. & Martins, M. (1996). *Filosofando: Introdução á Filosofia*. (2. ed). São Paulo, Editora Moderna Ltda.
- Aristoteles (1978). *Tópicos; Dos argumentos sofisticos*. Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha; Traduções de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglês de W. A. Pickard - Coleção: Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural.
- Aristoteles (2001). *Da geração e da Corrupção seguido de convite à filosofia*. Tradução de Renata Maria Parreira Cordeiro. São Paulo, Landy Editora.

- Aristoteles (2005). *Ética a Nicômaco*. Tradução de Pietro Nassetti São Paulo, Ed. Martin Claret.
- Aristoteles (2002). *A Política*. Tradução de Torrieri Guimarães. São Paulo: Ed. Martin Claret.
- Atkinson, R.; Kaplan, R.; Anthony A. & Young, S. (2008). *Contabilidade Gerencial*. (2ª ed). São Paulo, Ed. Atlas.
- Backer, M. & Jacobsen, L. (1976). *Contabilidade de Custos*. Rio de Janeiro, Ed. Mcgraw-hill do Brasil.
- Bartaloni, L. (2008). *Discussione Finale su: Storia del Pensiero Economico-Aziendale. Tese para o curso de lauriação em economia e comércio*. Pesquisa realizada no site www.tiscali.it em 12 de Fev.
- Beranek, W. (1984). *A análise financeira*. Porto, Ed. Rés.
- Berlinck, H. (1921). *Contabilidade aplicada às empresas commerciaes, industriaes, agrícolas e Financeiras*. (6ª ed). São Paulo, Casa Duprat.
- BESTA, F. (1922). *La Ragioneria*. 2º Ed. Milano, Cada Editrice Dottor Francesco Vallardi.
- Bunge, M. (1987). *Epistemologia: Curso de atualização*. (2º ed). São Paulo, T.A. Queiroz - Editora da Universidade de São Paulo.
- Carqueja, H. (2003). Do saber da profissão às doutrinas da academia. *Revista de Contabilidade e Comércio*. 59, (234-235).
- Carvalho, C. (1973). *Estudos de Contabilidade*. (25ª ed). São Paulo: "Lisa" Livros irradiantes S.A.
- Ceccherelli, A. (1950). *Il Linguaggio dei Bilanci*. (5º ed). Firenze, Felice Le Monnier.
- Cerboni, G. (1886). *La Ragioneria Scientifica*. Roma, Ermanno Loescher.
- Cheng, C.; Liu, C. & Schaefer, T. (1996). Earnings Perfomance and the Incremental Information Content of Cash Flows from Operations. *Journal of accounting Research*, 34(1).
- Cordeiro, C. (2005). *Contabilidade Criativa: Um estudo sobre a sua caracterização*. Pesquisa realizada no site: <<<http://www.lopesdesa.com.br>>>.
- Coadic, Y. (1996). *A ciência da Informação*. Brasília DF, Ed. Briquet de Lemos Livros.
- Comte, A. (2005). *Discurso preliminar sobre o espirito positivo*. Tradução de Renato Barbosa Rodrigues Pereira. Pesquisa realizada em <http://www.culturabrasil.org>.
- D`auria, F. (1953). *Variação do Valor Efetivo do Capital*. São Paulo, Ed. Atlas.
- D`auria, F. (1959a). *Primeiros Princípios de Contabilidade Pura*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- D`auria, F. (1954). *Contabilidade Integral*. Conferencia Interamericana de Contabilidade. São Paulo, FCE.
- D`auria, F. (1953). *Cinqüenta anos de Contabilidade*. São Paulo, Indústria Gráfica Siqueira.
- D`auria, F. (1956). *Contabilidade Geral (Teoria da Contabilidade Patrimonial)*. São Paulo, Companhia Editora nacional.
- D`auria, F. (1962). *Revisão Contábil*. (2º ed). São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- Descartes, R. (1960). *Discurso do Método*. Tradução de João da Cruz Costa. Rio de Janeiro, Tecnoprint Gráfica, 1960.
- Dias, F. (1944). *A técnica da Leitura dos Balanços*. 2ª ed. Lisboa, Livraria Moraes.
- Dinwiddy, C. (1972). *Elementos de matemática para economistas*. São Paulo, Ed. Atlas.
- Duque, J. (2008). Em defesa do valor justo. *Revista da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas*. Lisboa, CTOC, 105, Ano IX, Dez. de.
- Einstein, A. & Infeld, L. (1988). *A evolução da Física*. 4ª ed. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara.
- Einstein, A. & Infeld, L. (1981). *Como Vejo o Mundo*. 7ª ed. Rio de janeiro, Ed. Nova Fronteira.
- De Escobar, C. (1975). *As ciências e a Filosofia*. Rio de Janeiro, Imago.
- Evartas, H. (1972). *Introdução ao PERT*. São Paulo, Ed. Atlas.
- Ferreira, E. (2008). *Modelos de Avaliação de Empresas e utilidade da informação contabilística*. Lisboa, Lusíada Editora.
- Ferreira, R. (1983). *Normalização Contabilística* (Dissertação de Doutorado). Coimbra, Livraria Arnaldo.

- Ferreira, R. (1981). *Reflexões sobre princípios contabilísticos e ajustamentos monetários em períodos de inflação*. Porto: APOTEC.
- Ferreira, R. (1985). *Lições de Gestão Financeira*. Coimbra: Livraria Arnaldo. V. I e II.
- Finney, H. & Milher, H. (1967). *Curso de contabilidade intermedia*. 2ª ed. México, Union Tipográfica Editorial Hispano Americana, Tomo I.
- Florentino, A. (1990). *Análise Contábil: Análise de Balanços*. 9ª Ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- Florentino, A. (1963). *Classificação de Patrimônio para uma análise econômica dos Balanços das empresas*. Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas.
- Florentino, A. (2000). Redimensionamento da História da Contabilidade. *Revista Brasileira de Contabilidade*, Brasília, CFC, XXIX (122).
- Franco, H. (1950). *Fundamento Científico da Contabilidade*. São Paulo, Ed. Revisora Gramatical.
- Franco, H. (1973). *Estrutura, análise e interpretação de balanço*. 12. Ed. São Paulo, Atlas.
- Galileu, G. & Newton, I. (1987). *O ensaiador/I. Princípios Matemáticos; Óptica; O peso e o equilíbrio dos fluidos*. Tradução Helda Barraco (et al). São Paulo, Nova Cultural.
- Gianessi, E. (1943). *Costi e Prezzi-tipo nelle aziende industriali*. Milano, Dott. A. Giuffrè – Editore.
- Hawking, S. (1994). *O fim da física*. Lisboa, Ed. Gradiva.
- Hawking, S. (1999). *Uma breve história do tempo*. Rio de Janeiro, Ed. Rocco.
- Hegel, G. (2005). *Introdução à História da Filosofia*. São Paulo, Ed. Rideel.
- Hendriksen, E. & Van Breda, M. (1999). *Teoria da Contabilidade*. São Paulo, Ed. Atlas.
- Von Ihering, R. (2005). *É o Direito uma ciência?* São Paulo, Ed. Rideel.
- Iudicibus, S. (1988). *Análise de Balanços*. 5ª ed. São Paulo, Ed. Atlas.
- Iudicibus, S.; Martins, E.; Gelbcke, E. & Franco, H. (1984). Conflito entre princípios contábeis e as normas legais e fiscais. *Revista Brasileira de Contabilidade*. 14(50).
- Iudicibus, S. (2000). *Teoria da Contabilidade*. 6ª ed. São Paulo, Ed. Atlas.
- Júnior, F. (1972). *Contabilidade Superior*. 9ª edição, São Paulo, Ed. Atlas.
- Júnior, F. (1975). *Análise de Balanço para a Administração Financeira*. 10ª ed. São Paulo, Ed. Atlas.
- Johnson, R. (1973). *Administração Financeira*. Tradução de Lenita Camargo Teixeira. 3ª ed. São Paulo, Ed. Pioneira, I V.
- Johnston, J. (1974). *Métodos Econométricos*. São Paulo, Ed. Atlas.
- Kant, E. (s.d.). *Crítica da Razão Pura*. Tradução de J. Rodrigues de Mereje. Rio de Janeiro, Ed. Tecnoprint.
- Kaplan, R. & Johnson, H. (1996). *A relevância da Contabilidade de Custos*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Ed. Campus.
- Koliver, O. (1971). *Estrutura e Análise de Balanços*. 4ª Ed. Porto Alegre, Staff editora Limitada.
- Klein, T. (1954). *Contabilidade Superior: Estrutura e Análises de Balanços*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Ed. Aurora.
- Kraemer, M. (2004). *Contabilidade Criativa maquiando as demonstrações contábeis*. Pesquisa realizada no site: <<<http://www.lopesdesa.com.br>>> em 10 de Nov..
- Leibniz, G. (s.d.). *Obras escolhidas*. Organização e tradução de António Borges Coelho. Lisboa, Livros Horizonte.
- Leone, G. (2000). *Curso de Contabilidade de Custos*. 2ª ed. São Paulo, Ed. Atlas.
- Lopes, A. & Iudicibus, S. (2004). *Teoria Avançada da Contabilidade*. São Paulo: Ed. Atlas.
- Lopes, A.; & Martins, E. (2005). *Teoria da Contabilidade: uma nova abordagem*. São Paulo, Ed. Atlas.
- Lopes, A. (2002). *A informação contábil e o mercado de capitais*. São Paulo, Pioneira Thomson Learning.
- Luckesi, C.; Barreto, E.; Cosma, J. & Baptista, N. (1989). *Fazer Universidade : Uma Proposta Metodológica*. 5ª Ed. São Paulo, Ed. Cortez.
- Martins, E. (2001). *Avaliação de Empresas: Da Mensuração Contábil à Econômica*. São Paulo, Ed. Atlas.
- Martins, E. (2001). *Contabilidade de Custos*. 9ª ed. São Paulo, Ed. Atlas, 2006.

- Masakazu, H. (2008). *Administração Financeira e Orçamentária*. 7ª ed. São Paulo, Ed. Atlas.
- Masi, V. (1927). *La ragioneria come scienza del patrimonio*. 1ª ed. Pádua, Dottore Antonio Milani.
- Masi, V. (1939). *Analisi finanziarie e reddituali in relazione al capitale in gestione nelle imprese*. Milano, Cada editrice Dottor Francesco Vallardi.
- Masi, V. (1945). *Statica Patrimoniale*. 2ª ed. Padova, Casa Editrice Dottore Antonio Milani.
- Masi, V. (1947). *Dinamica Patrimoniale*. Padova, Casa Editrice Dottore Antonio Milani, V I e II.
- Masi, V. (1950). Ragioneria e non Ragioneria. *Rivista Italiana di Ragioneria*, Roma: Federazioni Nazionale dei Collegi dei Ragioneri. Anno XLIII, série 2.
- Masi, V. (1955). *Filosofia della Ragioneria*. Bolonha, Dott. Cesare Zuffi – Editore.
- Masi, V. (1961). *Ragioneria Generale*. 5ª ed. Padova, Cedam.
- Masi, V. (1964). *La Ragioneria Nella Preistoria e Nell' antichità*. Bologna, Tamari Editori.
- Masi, V. (1968). Os fenômenos Patrimoniais como Objeto da Contabilidade. *Revista Paulista de Contabilidade*. São Paulo: SCSP, (423).
- Masi, V. (1969). A contabilidade está morta! Viva a Contabilidade! *Revista Paulista de Contabilidade*, São Paulo: SCSP, (429).
- Masi, V. (1971). *La Scienza del Patrimonio*. Milano, Nicola Milano Editore.
- Masi, V. (1971). A contabilidade e suas atribuições essenciais no mais próximo futuro. *Revista Paulista de Contabilidade*, São Paulo, SCSP, (434).
- Masi, V. (1997). *La Ragioneria Nell' età Moderna e Contemporanea*. Texto revisado e completado por Carlo Antinori. Milão, Giuffré Editore.
- Matarazzo, D. (1998). *Análise Financeira de Balanços: Abordagem Básica e Gerencial*. 5ª ed. São Paulo, Atlas.
- Melis, A. (2007). Financial Statements and Positive Accounting Theory: The Early Contribution of Aldo Amaduzzi. *Accounting, Business & Financial History*, 17(1), 53–62.
- De Mello, C. (1953). *Análise de Balanços (da empresa, sob o ponto de vista financeiro)*. Lisboa, Portugalíia Editora.
- Myer, J. (1972). *Análise das demonstrações financeiras*. São Paulo, Ed. Atlas.
- Monteiro, M. (1968). *Elementos de Contabilidade*. Lisboa, Parceria Pereira.
- Monteiro, M. (1973). *Contabilidade industrial*. 2ª ed. Porto, Avis.
- Monteiro, M. (1983). Algumas reflexões sobre princípios básicos de contabilidade. *Revista Paulista de Contabilidade*. São Paulo: SCSP, 62(465).
- Monteiro, M. (2004). *Pequena História da Contabilidade*. 2ª ed. Lisboa, Ed. Europress.
- Morante, A. (2007). *Análise das Demonstrações Financeiras*. São Paulo, Ed. Atlas.
- Nascimento, J. (1983). Filosofia da Contabilidade (IX). *Revista Brasileira de Contabilidade*. XIII(44).
- Nepomuceno, V. (2002). A queda da Contabilidade Gerencial e a ascensão da fraude contábil nos Estados Unidos. *Boletim do IBRACON*, XXIV.
- Nepomuceno, V. (2004). *Entre a Práxis e a Teoria: Os Equívocos da pesquisa contábil empírica nos EUA*. Http: Pesquisa realizada no site/www.lopesdesa.com/. em 20/07/04.
- Nepomuceno, V. (2003). Qual é a massa atômica de uma unidade de custo? *Revista Brasileira de Contabilidade*, (140).
- Neto, A. (1999). *Estrutura e Análise de Balanços: um enfoque econômico-financeiro*. 3ª ed. São Paulo, Ed. Atlas.
- Neto, A. (2009). *Matemática financeira e suas aplicações*. 11ª ed. São Paulo, Atlas.
- Parma, H. (2002). Ocaso da escola contábil anglo-saxônica. *Revista Mineira de Contabilidade*, III(8).
- Pfatzgraff, R. (1956). *Aspectos científicos da contabilidade*. 3ª edição. Rio de Janeiro, Livraria Tupã.
- Platão (2005). *A república*. São Paulo, Ed. Martin Claret.
- Poincaré, H. (1924). *O valor da Ciência*. Rio de Janeiro, Livraria Garnier.
- Reale, M. (2002). *Filosofia do Direito*. 20ª ed. São Paulo, Saraiva.

- Rodriguês, A. (1985). Cronologia e síntese da evolução do pensamento e do ensino comercial, contábil, atuarial, administrativo e econômico no Brasil: (séculos XVIII e XIX, períodos Brasil-Colônia, Brasil-Reino Unido. *Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre: CRCRS, (41), 3-11.
- Rodriguês, A. (1989). Vultos da Contabilidade Brasileira - José Antônio Lisboa. *Revista Brasileira de Contabilidade*. XIX(68).
- Rodriguês, A. (1996). Da patrimoniologia a patrimoniometria: patrimoniologia, a nova contabilidade. *Jornal do Técnico de Contas e da Empresa*. 28(367), 93-94.
- Rodriguês, A. (1979). Da sociologia da contabilidade a auditoria socio-econômica. *Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre: (23), 5-10.
- Rohden, H. (1987). *Einstein: O enigma do Universo*. 5ª ed. São Paulo, Ed. Alvorada.
- Rossi, G. (1882). *L'ente Econômico-amministrativo*. Emilia, Stabilimento Tipo-Litografico Degli Artigianelli.
- Sá, A. (1953). *Filosofia da Contabilidade*. Rio de Janeiro, Ed. Aurora.
- Sá, A. (1959). *O equilíbrio do Capital das Empresas*. Belo Horizonte, Estabelecimentos Gráficos Santa Maria S/A.
- Sá, A. (1961). *História da Contabilidade*. Belo Horizonte, Ed. Presidente.
- Sá, A. (1965). *Teoria do capital das empresas*. Rio de Janeiro, FGV.
- Sá, A. (1971). *Estudo Analítico da Rentabilidade das Empresas*. Rio de Janeiro, APEC.
- Sá, A. (1973). *Curso Superior de Análise de Balanços*. 3ª ed. São Paulo, Ed. Atlas.
- Sá, A. (1981a). Filosofia da Contabilidade: Introdução ao estudo. *Revista do Conselho Regional de contabilidade*, (30), 44-488.
- Sá, A. (1981b). Análise Empresarial e Liquidez Financeira. *Revista Brasileira de Contabilidade*. XI(38).
- Sá, A. (1983). Doutrinas Contábeis e a Escola Científica do Aziendalismo. *Revista Brasileira de Contabilidade*. XIII(47).
- Sá, A. (1987). *Introdução à ciência da Contabilidade*. Rio de Janeiro, Tecnoprint.
- Sá, A. (1992). *Teoria geral do conhecimento contábil*. Belo Horizonte, IPAT-UNA.
- Sá, A. (1994). *Autonomia e Qualidade Científica da Contabilidade*. Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais.
- Sá, A. (1997). *Historia Geral e das Doutrinas da Contabilidade*. São Paulo, Ed. Atlas.
- Sá, A. (1999). *Teoria da Contabilidade*. São Paulo, Ed. Atlas.
- Sá, A. (2000). *Princípios Fundamentais de Contabilidade*. São Paulo, Ed. Atlas.
- Sá, A. (2001a). A Função Social do Contabilista. *Revista Mineira de Contabilidade*. (3).
- Sá, A. (2001b). O futuro da Contabilidade. *Revista Mineira de Contabilidade*, Belo Horizonte, (4).
- Sá, A. (2003). Antonio Lopes de. Bases das Escolas Européia e Norte-Americana, perante a Cultura Contábil e a Proposta Neopatrimonialista. *Revista de Contabilidade do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, (111).
- Sá, A. (2004). Prosperidade e Padrões Contábeis. *Revista Mineira de Contabilidade*. VII(22).
- Sá, A. (2004). Diferenças conceituais entre econômico e contábil. *Revista Contabilidade e informação*. XII(31).
- Sá, A. (2005). *Fundamentos da Contabilidade Geral*. 2ª ed. Curitiba, Ed. Juruá.
- Schmidt, P. & Santos, J. (2002). *Avaliação de Ativos Intangíveis: Goodwill, Capital Intelectual, Marcas e patentes, propriedade intelectual, pesquisa e desenvolvimento*. São Paulo, Ed. Atlas.
- Silva, F. (1951). *Compêndio de Contabilidade*. 8ª ed. Lisboa, Livraria Sá da Costa.
- Silva, F. (1970). *Curiosidades, velharias e miudezas contabilísticas*. Lisboa, Editorial império.
- Silva, J. (2002). O conhecimento contábil contemporâneo: uma introdução à doutrina neopatrimonialista. *Dissertação de mestrado*. Salvador, Fundação Visconde de Cairú.

- Silva, R. (2008a). Evolución doctrinaria del conocimiento contable y tendencias actuales em los tiempos modernos. *Revista Internacional Legis de Contabilidad & Auditoria*, (34).
- Silva, R. (2008b). *A história da Teoria do equilíbrio patrimonial: a doutrina da estática de Vincenzo Mais, e a tese das proporções simétricas de Antonio Lopes de Sá*. Trabalho ganhador do primeiro lugar no prêmio internacional de história da contabilidade/ APOTEC.
- Silva, R. (2009). Filosofia da Contabilidade. *Revista Contabilidade e informação*. Unijuí, Rio Grande do Sul. XII(31).
- Silva, R. (2009a). *Evolução doutrinária da contabilidade – Epistemologia do princípio patrimonial*. Curitiba, Editora Juruá.
- Silva, R. (2009b). Pontos introdutórios da teoria da socialização do patrimônio em ótica neopatrimonialista como base para a benesse social e humana: estudo do caso brasileiro. *Revista de Contabilidad y Auditoria*, 15(30).
- Silva, R. (2006). Filosofia da Análise da Estabilidade da Liquidez. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, Florianópolis, 4(11).
- Silva, R. (2007). O equilíbrio do capital e a sua intensidade: pontos da filosofia Neopatrimonialista. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*. 6(18).
- Silva, R. (2007a). Ciência e não-ciência da Contabilidade. *Revista da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas*, VIII(87).
- Silva, R. (2007b). A resultabilidade. *Revista de Ciências Empresariais e Jurídicas*, (10). 007.
- Sloan, R. (1996). Do stock Prices Fully reflect information in accruals and cash flows about future earnings? *The accounting review*. 71(3).
- Soto, E. (2006). *Evolución del pensamiento contable de Richard Mattessich*. Pesquisa realizada no site <<<http://www.gestiopolis.com.br>>>
- Steinrasser, A. (1957). *Estrutura e Análise de Balanços – Estudo Teórico-Prático*. 2ª ed. Porto Alegre, Editora Sulina.
- Stockton, R. (1968). *Introdução à programação Linear*. São Paulo, Ed. Atlas.
- Stockton, R. (1980). *Sistemas básicos de Controle de Estoques – conceitos e análises*. São Paulo, Ed. Atlas.
- Teichman, J. & Evans, K. (2009). *Filosofia*. Tradução de Lucia Sano. São Paulo, Madras.
- Valle, F. (1973). As tendências positivas do Prof. Francisco D`auria. *Revista Paulista de Contabilidade*, São Paulo, 51(440).
- Vatter, W. (1975). *Introdução ao orçamento empresarial*. São Paulo, Ed. Atlas.
- Viana, C. (1971). *Teoria Geral da Contabilidade*. Volume I, 5. Ed., Porto Alegre, Livraria Sulina Editora.
- Yamane, T. (1976). *Matemática para economistas*. 3ª ed. São Paulo, Ed. Atlas.
- Zappa, G. (1950). *Il Rédito di Impresa*. 2ª edição. Milão, Dott. A. Giuffrè - Editore.